



Produtores rurais estão mais perto de renegociar as dívidas

Projeto de Lei representa um passo dado na direção do socorro financeiro

Apesar da oposição do governo, o Senado aprovou, no último dia 10, em votação simbólica, projeto para a renegociação de dívidas rurais. O texto, que foi modificado (foram apresentadas emendas), volta para a Câmara dos Deputados antes de seguir para sanção presidencial.

O projeto envolve R\$ 180 bilhões em dívidas rurais. O texto permite o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal e de fontes supervisionadas pelo Ministério da Fazenda, como fundos constitucionais, como fonte de recursos para uma linha de financiamento especial para a renegociação dos débitos.

Antes da aprovação da matéria, a equipe econômica estimava que o custo da proposta à União poderia chegar a R\$ 800 bilhões em 13 anos. No mesmo dia da votação, o ministro Dario Durigan havia afirmado que o texto aprovado havia mudado e que a previsão seria de um desem-

bolso de R\$ 140 bilhões pelo Tesouro.

Passo dado

A aprovação ocorreu após um dia de forte mobilização pela pauta no Congresso Nacional. O governador Eduardo Leite atuou nas negociações no Senado e no Ministério da Fazenda, participando de reuniões e articulações.

Durante a agenda em Brasília, Leite esteve no plenário do Senado conversando com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, com o relator da proposta, senador Renan Calheiros, e com a senadora Tereza Cristina. O governador foi também ao encontro do ministro da Fazenda, Dario Durigan, no ministério, com o objetivo de reforçar a necessidade de uma solução para os produtores.

Leite explicou que o ministro foi sensível, mas que contrapôs o Projeto de Lei com receios do ponto de vista fiscal. “São receios que nós entendemos que



Senado Federal durante votação do refinanciamento da dívida de produtores rurais

não se justificam, porque o PL da forma como foi estabelecido no relatório do senador Renan Calheiros, atendeu vários dispositivos, inclusive de pedidos do próprio ministério, para limitar o enquadramento para endereçar os recursos, uma série de condições que limitam o impacto fiscal”, disse o governador.

Para o governador, a aprovação representa um passo importante, mas a mobilização em torno do tema continuará. “Estamos

trabalhando fortemente esse tema desde o ano passado e buscando uma solução. Esse é um avanço importante, mas não é o fim da jornada, porque, com as alterações apresentadas no Senado, o projeto voltará para a Câmara dos Deputados e depois há ainda a sanção do presidente. Por isso, continuamos muito mobilizados para endereçar a renegociação das dívidas dos produtores”, afirmou. (AE e Agência Piratini)

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO

VITOR ROSA/PIRATINI



Secas e enchentes afetaram o setor primário, o que resultou em impactos na economia gaúcha

Alívio diante de novas preocupações

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Eugênio Zanetti, o avanço do projeto é resultado da mobilização de diversas entidades representativas do setor agropecuário, que atuaram de forma conjunta na construção e defesa da proposta junto ao Congresso Nacional.

“Essa aprovação é resultado de muito diálogo, mobilização e articulação. A Fetag-RS esteve presente em Brasília defendendo os interesses dos agricultores e pecuaristas familiares, que há anos enfrentam enormes dificuldades em função das perdas provocadas pelos eventos climáticos. É uma conquista importante, que traz esperança e abre caminho para que

milhares de famílias possam reorganizar sua vida financeira e continuar produzindo alimentos”, destacou Zanetti.

Se, por um lado, entidades que representam agricultores estão esperançosas, do lado dos bancos a situação é outra. Em nota técnica divulgada sobre o PL 5122/2023, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) fez ponderações sobre os riscos financeiros das propostas de renegociação, liquidação e alongamento de dívidas dos produtores rurais. “Sob a ótica do setor bancário, a iniciativa parte de preocupação legítima com o quadro de endividamento de produtores rurais e com os efeitos de eventos climáticos e de oscilações econômicas sobre a capacidade de pagamento

no campo. Ao mesmo tempo, a amplitude do texto aprovado demanda atenção quanto aos seus reflexos sobre o funcionamento do crédito rural, a previsibilidade das políticas de financiamento do setor, a alocação de recursos públicos, a segurança jurídica dos contratos e os incentivos econômicos gerados pela medida”, diz trecho da nota.

Também por meio de nota, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) contestou o posicionamento da Febraban. “Enquanto o setor bancário demonstra contrariedade com o fato de a medida alcançar passivos fora do crédito rural tradicional, como dívidas com cooperativas, revendas, cerealistas e Cédulas de Produto Rural (CPRs), a Farsul sustenta que uma política

pública de socorro eficaz só funcionará se resgatar o produtor em sua totalidade”, aponta a Farsul.

A Farsul também destacou que um contingente expressivo do endividamento atual do campo está justamente fora dos bancos tradicionais. A federação gaúcha também rebateu o argumento da Febraban de que o projeto geraria um “custo fiscal” nocivo e ameaçaria o funding do Plano Safra. A Assessoria Econômica da Farsul esclareceu que a principal fonte indicada para a linha especial são os recursos do Fundo Social do Pré-sal, que sequer integram o orçamento regular do Plano Safra, tornando impossível qualquer comprometimento do crédito rural futuro por essa via.

O que diz o Projeto de Lei 5122

O Projeto de Lei 5122/2023 cria mecanismos para a reestruturação das dívidas de produtores rurais afetados por eventos climáticos extremos e dificuldades econômicas. Entre os principais avanços do projeto estão a possibilidade de refinanciamento das dívidas com prazo de até 10 anos, permitindo a redução do valor das parcelas; taxas de juros mais acessíveis; suspensão temporária das cobranças e execuções durante o período de adesão ao programa; ampliação do alcance para diferentes modalidades de dívidas ligadas à atividade rural; e o reconhecimento, por parte do Congresso Nacional, dos impactos causados pelos eventos climáticos sobre a produção agropecuária.

Enfrentamento após calamidades

O Estado sofreu quatro severas estiagens nos últimos seis anos e passou pelas enchentes de 2023 e 2024, o que impactou significativamente a produção e o endividamento dos produtores. Segundo estimativas da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), entre 2020 e 2025, o Estado perdeu 48,6 milhões de toneladas de grãos. Com isso, o agronegócio gaúcho deixou de faturar R\$ 126,3 bilhões, valor que supera a metade do PIB anual do RS. “Essa vitória representa um passo fundamental para viabilizar a renegociação das dívidas rurais e dar o fôlego necessário para que os produtores possam continuar produzindo, investindo. Essa medida dá uma perspectiva de recuperação para muitas famílias rurais”, enfatizou o secretário da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, Márcio Madalena.

Projeto teve alterações e foi ampliado no Senado

Uma das líderes da bancada ruralista, Tereza Cristina disse que a proposta tem o objetivo de ajudar o agronegócio, em um cenário de juros altos e guerras no mundo. “Temos de aprovar esse projeto hoje. E, se ajustes vierem, serão muito bem-vindos.” O projeto original, aprovado pela Câmara em agosto do ano passado, previa somente socorro a produtores do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes. No Senado, Calheiros ampliou a abrangência e, por isso, o tema terá de retornar para a análise dos deputados. A edição de uma medida provisória (MP) para criar uma linha de crédito específica para a renegociação, em alternativa ao projeto de lei, ainda não é descartada pela Fazenda. A ideia tem o apoio do governador Eduardo Leite.